
**PRESIDENTE NA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE
SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2024

PROCESSO: 4230/2023

CONSTRUTORA MICA RIO LTDA, empresa com sede na Rua Alfredo Jacintho Franco, s/n - São José do Vale do Rio Preto/RJ, inscrita no CNPJ sob nº 00.384.114/0001-82, neste ato representado por seu sócio administrador, **SIMONE STOLTZENBURG KLAYN**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada à Rua Vereador Meirelles Guerra, s/nº, Centro, São José do Vale do Rio Preto - RJ, CEP 25780-000, portadora da Carteira de Identidade de n.º 00481800363, expedida pelo Departamento Nacional de Trânsito, em 23/10/2008 e CPF(MF) de n.º 023.567.707-80, vem a presença de Vossa Senhoria, com base no item 12.2 do edital c/c art.165 da Lei 14.133/21 apresentar

RECURSO

A Recorrente foi desclassificada do presente certamente, tendo por justificativa o desatendimento ao item nº 7.6.9 do edital de concorrência supramencionada, que estabelece:

7.6.9. A licitante deverá apresentar do seu responsável técnico **Certidão** de Registro do profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RJ) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) (g.n.)

Em atendimento ao referido item, a Recorrente apresentou certidão nº 29232/2024 expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro-CREA-RJ, que atesta, dentre outras informações, a seguinte:

“Certificamos que a Pessoa Jurídica, abaixo citada, encontra-se registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal Nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, não apresentando débitos para com o Crea-RJ até a presente data, **assim como seus responsáveis técnicos.** As atividades da empresa estão restritas ao(s) ramo(s) especificado(s) nesta CERTIDÃO e somente podem ser exercidas com a participação efetiva do(s) respectivo(s) responsável(eis) técnico(s).” (g.n.)

A referida **certidão**, além de trazer os dados da empresa, em seu bojo, traz a seguinte informação:

--

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S):

VITORINO POLIDO DE BARROS

Carteira Nº RJ-41457/D Expedida em: 23/04/1980 pelo Crea-RJ

RNP: 2001996004 Registro: 1981119949 expedido em 14/07/1979

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

Atribuições: ART. 7º DA RES. 218/73, ATIVIDADES DO ART. 7º DA LEI Nº 5.194/66 E OS ARTIGOS 28 E 29 DO DECRETO 23569/33

Inclusão como QT: 17/12/2002 Inclusão como RT: 17/12/2002

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL

FINALIDADE DA CERTIDÃO: Fins de concorrência publica.

Alega a Comissão que a desclassificação ocorreu pelo fato de a Recorrente NÃO ter atendido ao item 7.6.9, em que é solicitada apresentação de certidão quanto a seu responsável técnico relativa ao Registro do profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RJ) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

Fácil perceber que o objetivo da referida exigência contida no item mencionado (7.6.9.) é o comprovar a regularidade da inscrição do responsável técnico da empresa junto ao CREA. Isso é inquestionável!

Ora MD. Presidente a certidão nº 29232/2024, cujo trecho acima foi transcrito, traz exatamente a informação quanto a regularidade daquele profissional (**Vitorino Polido de Barros**), trazendo, inclusive a informação de inexistência débitos de responsabilidade dele e da empresa, quando se lê: *“Certificamos que a Pessoa Jurídica, abaixo citada, encontra-se registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal Nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, não apresentando débitos para com o Crea-RJ até a presente data, assim como seus responsáveis técnicos.”*

Fácil perceber que a certidão nº 29232/2024 atende integralmente os objetivos do item 7.6.9, pois comprovam estar o responsável técnico devidamente inscrito junto ao CREA e com situação regular com aquele Conselho de Classe. Pergunta-se: qual informação faltou?

Sabe-se que a licitação deve obedecer a parâmetros objetivos na análise e julgamento das habilitações propostas, inclusive quanto a qualificação técnico-operacional.

A administração, ao inserir o item 7.6.9 no edital, visa buscar um licitante que comprove, mediante certidão, que seu responsável técnico pertence aos quadros profissionais no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-RJ) e está em condições efetivas de exercer aquela função técnica. Exatamente isto é o que resta comprovado pela certidão nº 29232/2024.

Ao que parece, a Comissão de Licitações se ateve mais a forma que ao conteúdo, desprezando a informação constante naquele documento apresentado pela Recorrente, e que traz exatamente a comprovação técnica

solicitada. Inobstante tal rigorismo, fato é que a Recorrente apresentou **CERTIDÃO**, exatamente na forma determinada pelo edital.

Sabe-se que a **qualificação técnica é a comprovação dos requisitos necessários de que o licitante deve possuir para execução do projeto**. Logo, a Recorrente efetivamente trouxe aquela comprovação através da certidão nº 29232/2024, onde **consta expressamente a inscrição e qualificação de Vitorino Polido de Barros devidamente habilitando junto àquele Conselho**.

Aliás, a própria certidão emitida pelo CREA-RJ traz a informação de que a **FINALIDADE DA CERTIDÃO: Fins de concorrência pública**.

Evidentemente que, caso a certidão trouxesse apenas a informação técnica da pessoa jurídica, sem informação do responsável técnico, o item mencionando (7.6.9) estaria descumprido. Mas não foi isso que aconteceu.

Sempre importante lembrar que a exigência excessiva, o rigorismo injustificado ou desproporcional, contrariam a finalidade do procedimento licitatório, pois acaba por restringir a escolha da melhor proposta, o que pode acarretar a redução da competitividade, levando a Administração a contratar proposta menos vantajosa, contrariando a regra constitucional:

Art. 37: A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência **e, também**, ao seguinte:

...

XXI: ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.(g.n.)**

Neste mesmo sentido o TCU – Tribunal de Contas da União traz em sua publicação “**Licitações e Contratos – orientações jurisprudência do TCU**” (5ª edição - 2023) ,traz algumas orientações que se amoldam ao caso, e que vale a pena trazer ao conhecimento da Comissão de Licitações, destacando-se que a orientação é no sentido de que a documentação deve ser necessária e **SUFICIENTE para demonstrar a capacidade do licitante**:

5.5. Habilitação

A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o **conjunto de informações e documentos necessários e suficientes** para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.

As exigências devem ser **limitadas** às condições imprescindíveis para o **satisfatório cumprimento do objeto licitado**, não sendo permitido o estabelecimento de cláusulas desnecessárias, irrelevantes e indevidamente restritivas ao caráter competitivo.

Os requisitos de habilitação devem ser definidos, de forma motivada, ainda na fase preparatória do processo licitatório e estar compatíveis com a natureza e a relevância do objeto licitado.

Esta etapa é particularmente crucial no procedimento de contratação, **uma vez que é frequente a inclusão em editais de requisitos desnecessários** e, por vezes, até mesmo ilegais para a participação de licitantes, tornando-se uma das principais razões para impugnações em processos de licitação, **bem como para determinações do TCU para correções ou mesmo anulações de licitações.**

Os documentos necessários para comprovar o atendimento aos requisitos de habilitação, bem como a forma e o momento apropriados para apresentar a documentação devem ser previstos no edital.

Como a fase de habilitação, em regra, ocorre somente após o julgamento das propostas, a Administração poderá exigir que os licitantes apresentem declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas. (g.n.)

Verifica-se assim, diante que a certidão nº 29232/2024 atendeu **integralmente** os objetivos do item 7.6.9, pois comprovam estar o responsável técnico devidamente inscrito junto ao CREA e com situação regular com aquele Conselho de Classe, demonstrando assim ter a Recorrente atendido a exigência do edital, razão pela qual requer:

- Seja conhecido e provido o presente recurso para considerar habilitada a empresa CONSTRUTORA MICA RIO LTDA, autorizando-a a prosseguir no procedimento licitatório decorrente do EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2024 para que se faça efetiva e salutar Justiça.

Nestes termos
Pede e espera deferimento.

P/ CONSTRUTORA MICA RIO LTDA
SIMONE STOLTZENBURG KLAYN
Sócio Administrador